

JOSÉ DE MESQUITA
(Do Instituto Histórico de Mato Grosso)

Revista
CULTURA POLÍTICA

Espírito matogrossense
(série de ensaios)

REVISTA MENSAL DE
ESTUDOS BRASILEIROS



Rio de Janeiro
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
1941—1945

JOSÉ DE MESQUITA



José Barnabé de Mesquita
(*10/03/1892 †22/06/1961)
Cuiabá - Mato Grosso

Biblioteca Virtual José de Mesquita
<http://www.jmesquita.brtdata.com.br/bvjmesquita.htm>

Espírito matogrossense

JOSÉ DE MESQUITA

(CULTURA POLITICA, Revista: Ano I, Num. 9, 10 Nov.1941, pag. 55-61)

Desembargador do Tribunal de Apelação, Presidente da Academia Matogrossense, Membro dos Institutos Históricos Brasileiro, de São Paulo, do Ceará e de Mato Grosso. Diretor d' "A Cruz", de Cuiabá.

Estuda o autor um pouco de história política do grande Estado do nosso "hinterland". Mostra os seus sentimentos políticos de ordem, de liberdade e de respeito à autoridade dentro da comunidade brasileira. Estuda os seus homens públicos em todas as épocas, e fixa nitidamente o caráter do matogrossense em seu duplice aspecto espiritual — homem livre e obediente. Rememora as campanhas políticas e a fama que ganhou de truculento e revolucionário, citando casos e fatos. Casos esporádicos, como o de Generoso Ponce, e seus atentados à liberdade. Termina mostrando o gênio democrático do homem cuiabano e seu horror às ideologias exóticas, marchando sempre dentro da ordem autonomistas e democrática, no limite dos seus direitos e deveres.

A quem se proponha a fazer um estudo da história política de Mato Grosso, impressionará desde logo o fenômeno do inato amor à liberdade, associado ao respeito à autoridade constituída, que sempre vincou de forma indelével o espírito das populações do grande Estado oestino. Esses sentimentos manifestam-se como verdadeiras "constantes psíquicas" e afluam a cada passo, de forma golpeante, indissimulável, na evolução nítida e marcada, através dos vários períodos da sua vida.

Desde o alvorecer, sem descontinuidade, mesmo aparente, vemo-los alternarem-se, completando-se, como faces de um mesmo prisma.

Aqui é o espírito conservador cristalizando-se em homens-símbolos, como Luiz de Albuquerque, no período colonial, Leverger na fase monárquica, Pedro Celestino, na era republicana. Homens que assinalam uma época e espelham a mentalidade de um povo.

Ali é o espírito revolucionário, nas reações nativistas do começo

do século XIX, nos Casos Navarro de Abreu, Poupino e Manuel Alves, figuras típicas também, noutra sentido, encarnando o espírito localista na revolta contra o centro, combatendo os elementos alienígenas.

E nas lutas que assinalaram o advento da república, e se prolongaram por todo o vintênio quase, de 1890 a 1906, fase ainda não suficientemente analisada à luz da sociologia e da psicologia coletiva.

Tudo isso nos tem persuadido da conveniência de um estudo profundo da alma matogrossense, ou, para melhor dizer, do cuiabano, considerado homem do norte e do centro como sendo, até bem pouco, o único e verdadeiro biótipo matogrossense.

Uma escavação bem encaminhada pelas galerias desse subterrâneo, ainda escuro e pouco arejado do espírito matogrossense, fora coisa muito interessante e instrutiva, para elucidação, em globo, do fenômeno social brasileiro.

É o que nos acudiu fazer, em ligeiro esboço, nesta série de pequenos ensaios.

Estudos sobre o matogrossense

O que de mais notável se tem feito, nesse sentido, consta dos trabalhos de Virgílio Correia Filho, nos seus valiosos ensaios *De Magessi a Pimenta Bueno* e *A República de Mato Grosso*, vindos a lume nos volumes IX a XII e XXIX a XXXIV da Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, e das efemérides coligidas por Estevão de Mendonça sob o título

Datas matogrossenses, elemento de paciente compilação, marginado, aqui e ali, de interessantes glosas aos acontecimentos registados.

João Barbosa de Faria nos promete nesse sentido curiosos estudos, dos quais já tivemos ensejo de conhecer tópicos bem expressivos, mas o seu estado de saúde nos tem impedido de ver divulgados os seus ensaios em torno de uma das fases mais características da história política de Mato Grosso, coincidente, no plano geral do país, com os dias tormentosos que vão da abdicação à maioridade.

O duplice aspecto de seu espírito

Rápida visão panorâmica, num golpe de conjunto, permitir-nos-à, desde logo, frisar que espírito matogrossense se informa sob esse duplice aspecto — extremado amor à liberdade, por um lado, e, doutra banda, acatamento ao princípio natural da autoridade.

Temperam-se e fundem-se, admiravelmente, na psique do homem do extremo oeste, essas qualidades oriundas do meio e da época em que se lhe formou a raça, de tal maneira que sabe, como poucos, cultivar a independência, sem excessos demagógicos e respeitar o poder, sem servilismos aviltantes.

Democrata por índole e educação, visceralmente amante das prerrogativas que fazem realçada a personalidade humana, sem detrimto dos direitos imprescindíveis ao bom funcionamento do Meca-nismo social, o matogrossense — e a sua história nê-lo põe em relevo mais uma vez — é um cultor da liberdade ao

mesmo tempo que cioso do prestígio da autoridade legal.

Na esfera de suas relações com o Centro, sempre impregnado do sentimento da unidade nacional, já em 1821 afirmava, na expressiva *Exposição da Junta Governativa*: “o povo de Cuiabá se agitou e se moveu, mas foi somente para recobrar a sua felicidade, . . . e quiser ser livre daquela maneira por que o devesse ser, isto he, tendo uma segurança moral de suas pessoas, uma propriedade constante de seus bens, uma liberdade enfim, que não pudesse perder, senão nos casos previstos e determinados pelas Leys . . .” (o grifo é nosso).

E realizou a sua revolução autonomista, mais de um ano antes da Independência Nacional, e “sem se entregar a dissensões internas sempre funestas, conseguiu criar uma nova forma de governo Provincial que lhe trabalhasse eficaz e ativamente em combinar a felicidade de cada hum com a felicidade de todos e a felicidade de todos com a felicidade de cada hum”. (Exposição citada).

Reação contra os representantes do poder central

Não deixa, assim, de reagir contra os representantes do poder central, quando postos a serviço dos cerceadores da liberdade pública ou das garantias individuais asseguradas na lei.

Além desse movimento de 1821, de extraordinário alcance como tentativa de *self-government* antecipação política do Brasil, são para notados os de 1892 e 1906, em que o matogrossense se colocou contra a corrente, combatendo, no primeiro, a força federal

aquartelada em Cuiabá e que amparava a situação dominante e dirigindo-se, no segundo, francamente contra a política de Rodrigues Alves, que prestigiava o governo Antonio Paes. E triunfou, uma e outra vez, a sedição libertadora, esteada nas forças vivas da opinião, e a alta administração do país reconheceu a nova ordem de coisas, consagrada pela lógica irrefragável dos fatos consumados, como pelo sufrágio das simpatias nacionais.

Nessas duas curvas fechadas da evolução matogrossense bem flagrante se mostra o sentimento democrático, o arraigado amor à liberdade e à lei, que saturam o espírito brasileiro das terras distantes do Oeste.

Comporta o tema amplíssima explanação e conclusões oportuníssimas para o movimento que vivemos.

Não me sobram fazeres, porem, que permitam ir até onde devia e queria chegar.

Apenas, em largas pinceladas, deixarei aqui, nesta série de ensaios, a matéria rascunhada por assim dizer. Para desenvolvimento ulterior, se possível.

Para pista ou roteiro a outros, mais competentes ou menos sobrecarregados de encargos.

Como quer que seja, o que aí fica vale por uma tentativa, um rumo que se esboça, numa boa intenção, meio objetivada ao menos.

A deposição do governo Francisco de Paula

A 20 de Agosto de 1821, o povo cuiabano insurge-se e apeia do poder o governador e capitão-general Francisco de Paula Magessi

Tavares de Carvalho, substituindo-o por uma junta governativa, composta, na maioria, de elementos locais, na qual se viam representados, por figuras de real projeção, “as tropas de 1ª e 2ª linha, o Clero, a Nobreza e o Povo”.

Os que, no fraseado desse interessante documento que é a já citada *Exposição*, “declaração de ser de absoluto interesse comum depor-se do governo o Governador e Capitão-General” e “para o substituir efetivamente elegerão nove Deputados, que compozessem huma Junta Governativa Provisória, que na mesma ocasião foi instalada” são os mesmos que, a 7 de Maio de 1892 e 23 de Junho de 1906, se erguem, de armas na mão, contra o Governo local, sabendo-o apoiado pela força de linha e pelo poder federal, e isso não obstante, conseguem, ao cabo de poucos dias, só com o concurso de tropas irregulares, completa e decisiva vitória. É que, no dissídio entre a autoridade e a lei, entre o poder e a liberdade, triunfam sempre as últimas, em nossa história política, desde que os primeiros, excedendo-se dos naturais limites, se convertem na opressão ou no autoritarismo desbragado.

Fama de truculento e revolucionário

Ganhou, por isso, o matogrossense fama de truculento e revolucionário. Nada mais injusto e errado. É preciso que se evidencie bem ao vivo que, em Mato Grosso, nas poucas vezes em que o principio da autoridade baqueou frente à arrancada revolucionária é porque aquele deixava de ser autoridade para se trans-

formar em máquina compressor, e esta desfraldava a bandeira das justas reivindicações do povo oprimido e violentado. Assim foi em 1821. E assim se reproduziu em 1892 e em 1906.

Fora disso, nenhum povo, talvez, se vá encontrar mais respeitador da lei e do Governo legal, o que é uma expletiva, pois para ser Governo há que trilhar os caminhos do direito, sob pena de ser apenas um simulacro de autoridade.

O movimento encabeçado por Generoso Ponce

Esse o “espírito matogrossense”, que desejo deixar bem caracterizado neste rápido esboço, espírito tão ignorado e, que é peor, tão mal compreendido.

Esse espírito, sempre alerta na revolta contra a prepotência, faria que aqueles mesmos que conduziam o povo à vitória pelos princípios democráticos, fossem por ele abandonados, quando, por sua vez, se enveredassem pelo declive sinuoso e escorregadio do absolutismo e do capricho pessoal.

Caso típico, muito de ser referido, como exemplo, o de Generoso Ponce, que, em 1892, encabeçou a reação popular contra o governo, e, dentro em pouco, viu alhearem-se de si as simpatias antes conquistadas, por se haver demonstrado personalista e pirrónico, em dois lances da vida política do Estado — o chamado “caso dos bondes” e o da candidatura João Félix.

Ambos delatam o estrabismo de visão política, por parte de um chefe de partido que havia conseguido relativa popularidade e sa-

crificou-a aos seus impulsos de mandonismo.

Valem referidos — sobretudo o primeiro — esmiuçadamente, por muito expressivos a fazer ressaír qualidades mestras do espírito matogrossense.

A renuncia de Antonio Correa da Costa

Governava o Estado Antonio Correa da Costa, cuja administração, quase a meio, corria sob os melhores auspícios.

Homem culto, de ilustre estirpe e merecido prestígio, Antonio Correa pertencia à corrente que venceu a revolução de 1892 — o partido republicano. Em poucos meses de governo, introduzira sensíveis melhoramentos no aparelho administrativo, mostrando-se digno continuador de Manuel Murinho, o primeiro presidente constitucional, a quem Mato Grosso deve as suas melhores leis.

Amigo pessoal e correligionário político de Ponce, a cuja causa se integrara, com ardor, sacrificando-lhe até a sua liberdade, preso que fora no Governo Provisório e deportado, Antonio Correa iria, entretanto, inopinadamente sofrer uma agressão ao seu prestígio de governo, oriunda da vaidade caprichosa daquele chefe partidário.

Por medida de segurança pública, determinara o governo o recolhimento dos carris de tração animal que faziam, a esse tempo, os transportes urbanos em Cuiabá.

Chega a Capital, nesse ínterim, o chefe republicano, que, para alardear poderio, insuflado por bajuladores que nunca faltam,

e sem se preocupar com a situação falsa em que deixava o seu amigo, o chefe do Estado, manda sair o bonde, para conduzi-lo da estação a sua casa. Era um cheque evidente, espetacular, ao prestígio do governador, cuja autoridade dessarte se anulava ante a suprema vontade do chefe político.

Demite-se, ato contínuo, o chefe de policia, Frederico Josetti, o responsável direto pela determinação violada.

E Antonio Correa, num gesto que bem lhe indica o temperamento nobre e são, renuncia o Governo, preferindo as incertezas e agruras do ostracismo à desmoralização.

Não houve explicações possíveis, conquanto Ponce as procurasse dar ao presidente, já então reconhecido o seu grande erro, de graves conseqüências que não medira nem esperava.

Nesse dia, começa, na opinião sensata, o eclipse do seu prestígio. E o partido republicano desce, de queda em queda, até a ruína final.

Novo atentado de Ponce à liberdade

Nas eleições presidenciais — depois de longa fase de agitação, em que o governo andou de mão em mão até ir para às dum suplente de vereador, Antonio Leite de Figueiredo — Ponce se revela, novamente, inhabil, desastrado mesmo, pretendendo impor, contra o partido, um candidato pessoalmente digno e capaz, mas que trazia a eiva de ser apenas, politicamente, um homem de confiança do chefe republicano.

Era, mais uma vez, ir de encontro ao “espírito matogrossense”, que ele afrontara, no caso Correa, em seu respeito à autoridade legal e, agora, no seu amor visceral à liberdade.

E o chefe partidário que possuía inegáveis qualidades diretivas, mas a quem a fatuidade e o capricho mal inspiraram nesses dois incidentes, vê, da noite para o dia, desmorronar-se o seu prestígio, coma dissidência aberta no seio da facção que lhe obedecia ao mando.

Ascende ao poder o partido constitucional, para, sete anos após, cair, por sua vez, diante da ofensiva revolucionária de 1906, em conseqüência das tropelias aos direitos e agressões à vida e propriedade dos adversários.

E assim tem sido sempre, toda a vez que os dirigentes tentaram contrapor-se pela violência ou pela fraude, às correntes dominadoras da opinião injulgável e poderosa do povo matogrossense.

Escravos da lei

Valeria, não fosse alongar, sem vantagens maiores, este *sfumato* político, focalizar aqui a incontestada legitimidade desses movimentos de opinião, que vão do levante vitorioso de Agosto de 1821, passando pela Rusga, ou revolução nativista de 1834 e ultimando-se com a revolução de 1916, contra o General Caetano de Albuquerque, na qual o povo, na sua maioria, ficou ao lado desse presidente, que havia rompido com seu partido por pretender enfreá-lo a conveniências e injunções que lhe viriam nulificar de todo a autonomia governativa.

As exemplificações são abundantes e qual a qual mais expressiva, das mais antigas às mais recentes, quase de atualidade. Não há mister, porém, eis que o que aí fica basta a comprovar de sobejo a nossa assertiva inicial — o matogrossense é respeitador da lei, da autoridade constituída, ordeiro e pacato, como poucos, mas tremendo, irreprimível no reagir, até pelas armas, contra o sacrifício das suas liberdades públicas e garantias individuais.

Realiza por esta forma, no seu sentido profundo da ordem e no seu culto ardente da liberdade, esse tipo ideal da humanidade, constituído de indivíduos que se não escravizam senão ao império da lei.

Bem lhe assenta aquele incisivo dístico — erigido em lema político dessoutro povo de gloriosas tradições, nobre, pacífico, mas sempre cioso de suas prerrogativas — o mineiro: *sub lege, et libertas*. A liberdade, sob o reinado da lei.

Esse de fato, é o único regime que se harmoniza com o sentimento alto e nobre da dignidade humana.

Precoce manifestação autonomista e democrática

Bem claro vai, á luz de tais premissas, que o matogrossense, disciplinado como poucos, — e aí estão para comprovar à justa os fenômenos Antonio João e Batista das Neves — não compreende, nem se adapta a ideologias que comecem por suprimir a noção da personalidade, erigindo em norma de vida a estatolatria — o poder onipotente e in-

contestável de um homem ou de um partido.

Repugnar-lhe-á ao paladar delicado como à sensibilidade moral e à estrutura jurídica, tanto o bolchevismo russo como o racismo alemão, marcados, ambos, posto, na aparência, contrários, pelo mesmo signo de violenta abolição da liberdade e pela supressão do primado espiritual.

Fugindo aos extremos, o “espírito matogrossense” só entende a vida no seio da harmonia serena e equilibrada que se encontra no plano da coordenação entre a liberdade e o poder, naquele vértice político em que se tocam e se fundem o sentido perfeito da ordem e a consciência cristã da liberdade — contidas apenas na lei. Fora disso, o que fica para lá das fronteiras é a anarquia, a servidão e a desgraça.

A anarquia, oriunda da hipertrofia liberal, que descamba fácil-

mente nos horrores demagógicos, tipo Terror francês de 93.

Servidão, filha da hipertrofia autoritarista, produzindo esses regimes anti-humanos, que são a abolição da hierarquia dos valores morais e a anulação de todos os direitos, a começar pelo de pensar. Num e noutro caso — desgraça individual, angústia coletiva.

Com isso é que jamais se compatibilizaria o “espírito matogrossense” — formado na escola saudável e arejada da democracia, que, só ele, bem entendida e executada, pode ser o instrumento da salvação dos povos.

Lembre-mos, na hora incerta que vive o mundo, que, há mais de um século, o “espírito matogrossense”, na sua primeira e precoce manifestação autonomista e democrática, já propugnava por uma feliz combinação sócio-política — a que casa a “felicidade de cada um com a felicidade de todos” e a “felicidade de todos com a felicidade de cada um”.

Espírito matogrossense

II

(CULTURA POLITICA, Revista: Ano II, Num. 13, Mar. 1942, pag. 60-64)

O exame continuado e metódico dos fatos que, na sua seqüência cronológica, constituem a história política do povo matogrossense, nos induz a crer — e nos fortifica nessa crença — que o homem da grande Interlandia é, como já foi explanado, amigo da lei e da liberdade, cultor da autoridade e ciumento da sua independência. Informa-se-lhe destarte a psique dentro dessas linhas mestras, em curiosa estruturação que, talvez, poucos, dentre os demais compatriotas, ostentarão em traços assim nítidos e claramente definidos. Episódios inúmeros, dos quais já referimos alguns bastante expressivos, ponteiavam-lhe a vida coletiva, demonstrativos do asserto. Longe fôramos, por sem duvida, se nos propuséssemos a dar, em larga escala, uma exemplificação ampla e completa do que vai exposto. A evolução social e política do mato-

grossense oferece, ora discretamente, ora em lances espetaculares, aqui em lento labor subterrâneo, ali de golpe, essa constante, persistente e invariável, que se pode a rigor chamar, no sentido científico, uma lei.

Se não vejamos:

Constitue-se o matogrossense primitivo de uma leva de aventureiros que a sede do ouro e da preá do escravo silvícola atirava ao sertão bruto, sem temor dos perigos de toda a sorte, numa verdadeira escola de sofrimento e heroísmos anônimos. O fenômeno-bandeirante atingiu sua fase épica, de maior intensidade emocional, quando, transpondo o Rio Grande — de nome bem expressivo — se embrenhou pela selva através do meandro dos rios e das *varações*, rumo à Canaã distante, que se ocultava, misteriosamente, no mais profundo recesso das florestas. Era, assim, como um ver-

dadeiro devassamento de um mundo novo, e esse contacto do sertanista com a natureza virgem que, na sua arrancada, ia violar, tinha o encanto e o simbolismo dumas núpcias selvagens, em que o prazer meio bárbaro da conquista se casava à doçura quasi mística de uma deliciosa aventura sentimental. Acasalavam-se homem e terra, numa simbiose admirável, em que esta se entregava no abandono de si mesma, ofertando ao predador os tesouros da sua garridice e da sua riqueza, e aquele, por sua vez, se rendia, em sua interessante rusticidade, aos enlços sem par da natureza impoluida e dadivosa. Cuiabá é bem, na grande epopéia do século de setecentos, essa “bela adormecida” do bosque despertada, numa ála cre manhã de Abril, ao éco dos passos rudes dos bandeirantes, que como Pascoal Moreira á frente vinham, nessa estupenda e primeira *Marcha para o Oeste*, chamá-la à vida, à civilização e ao progresso. Desse conúbio do bandeirante forte e másculo do século I, do homem das monções, com a raça meiga e vencida dos silvícolas e, ao depois, com a passividade nostálgica dos afros importados — surgiria esse tipo matogrossense, em que floresce, como a mais doce essência dos trópicos, o complexo estranho de aventura e de serenidade, oscilando entre o amor inato da liberdade e o desejo incontido de paz e de ordem, que faz o fundo psíquico e a base mental do espírito matogrossense.

Lutas sem tréguas desde os tempos coloniais

Isso desde os duros tempos coloniais, em que a luta fera se

abria sem tréguas, contra o selvagem, contra o espanhol da fronteira e contra os próprios elementos hostis do meio e, ainda, os que tinham de adversar nos que vinham de fora, como eles. Ciclo magnífico de pugnas aguerridas, em que bravamente se enrijou, no duro cadinho do sofrimento, o caráter do sertanejo oestino, foi esse em que, combatendo contra os paiaguás e os castelhanos, se viam ainda obrigados a abrir luta incessante contra as circunstancias do meio, as calamidades gerais oriundas da miséria, das secas, das pragas, quando não das extorsões do físico, das concussões dos funcionários e dos vigários da vara, formando, em conjunto, aquele quadro tétrico e desolante de que nos dão conta as crônicas primevas. Caldeou-se nessa têmpera o espírito matogrossense. Não poderia, pois, deixar de ser o que é, rijo e forte, conquanto lhe não transpareça em bravatas e gauchadas o aço inamalgável do caráter, que, ao contrario, sabe ocultar, prudente ou sagaz, sob essa máscara de displicente tolerância e que, aos que não o conhecem, pode, muitas vezes, deixar uma impressão não condizente com a realidade.

Duas componenciais dignas de relevo

No grande drama, que representa a formação do espírito matogrossense, a sua adaptação ao meio cósmico e ao ambiente sócio-político, que em torno dele se criava, nós vamos encontrar desde logo duas componenciais dignas de relevo — o seu amor à terra que denominaremos *o nativismo*,

e, como expressão antitética marcante, a sua natural desconfiança — quando não hostilidade indisfarçada pelos elementos alienígenas — *o bairrismo*. Fácil de explicar o primeiro fenômeno, pela profunda erradicação que o próprio isolamento opera, fundindo, em perfeita conjugação, a alma e o ambiente, homem e paisagem, é bem de ver que esse profundo amor à gleba natal deve manifestar-se ainda mais vivo nas raças, como a matogrossense, em que a falta ou escassez de aproximação com outras zonas vai plasmando como que uma fisionomia psíquica peculiar, e muito diferente das outras. Dá-se uma impregnação muito forte da terra — e quando digo terra, abranjo costumes, paisagens, modos de vida, alimentação, tudo o que forma o *habitat* do sertanejo — sobre sua mentalidade, um intenso e recíproco atuar do meio físico, com seus matizes e variante, sobre o espírito, e vice-versa. O matogrossense é destarte influenciado, como pouca gente, por aquilo que os franceses com tanta expressão chamam *l'âme du terroir* e que exerce um vinco tanto maior sobre o homem quanto menos diluído ao sabor das impressões estranhas e influencias exógenas. O interlandês, como talvez poucos brasileiros, “nascido e criado” no seu sertão — essa expressão é muito para notada — não lhe ocorre jamais possa mudar de ambiente, sem uma grande luta de adaptação, à qual muitas vezes, sobretudo depois de certa idade já madura, não se resigna. Daí o seu nativismo às vezes exagerado, que projeta um jorro forte de luz sobre tantos ca-

pítulos pouco estudados e mal compreendidos da nossa história.

A prevenção contra o filho de fora

A par do nativismo, há que frisar, como decorrência dele ou o reverso mesmo da medalha, a prevenção acentuada — que só agora em parte vai diminuindo — contra *o filho de fora, a gente de baixo, o pau-rodado ou o gringo*, denominação esta reservada aos estrangeiros, enquanto as primeiras compre-endiam, indistintamente, quaisquer elementos que não fossem do lugar. Carece de justificada essa aversão, pelo menos desconfiança. O matogrossense foi sempre, nas curvas de sua evolução racial ou política, vitima de elementos estranhos, que, por sua audácia ou por falta absoluta de escrúpulos, dominaram o tablado, tirando proveito à custa da boa fé ou pouca malícia dos nativos. Assim foi no início, na fase dura do povoamento, em que vemos os representantes do fisco e até do clero, insaciáveis nas suas ambições, tripudiarem sobre a gente simples e laboriosa das minas. Assim na “Rusga”, obra, de um lado, da cobiça e prepotência dos bicultos, que garroteavam os naturais e só eles se enriqueciam, graças às facilidades da época. A terrível deflagração de 34 teve sua gênese no movimento de 21, provocado pela imoralíssima administração de Magessi, que, sem pudor, e com a convivência da própria esposa, se revelou um concussionário ávido e sequioso apenas de se enriquecer à custa da Fazenda e dos infelizes jurisdicionados. Depois de Rodrigo César,

um século atrás, o matogrossense — ou, para melhor dizer, o cuiabano — via, de novo, na insensibilidade moral e na ganância fria do último Governador-Geral, um doloroso traço a marcar para sempre, como ferrete ignominioso, os delegados da Coroa portuguesa. E reagiu, na altura da sua dignidade ofendida pelo desprante dos que apenas visavam “se encher”, mesmo que a sua opulência lhes viesse a troco da penúria e do vexame do povo. O movimento de 21 de Agosto enobrece e eleva o espírito matogrossense. Legítimo golpe da opinião pública, orientado com habilidade, foi, como já tive ocasião de frisar, a primeira tentativa coroada de êxito de *self-government*, no Brasil. Antecedeu de quasi um ano a emancipação política do país, a libertação de Mato Grosso das garras aduncas de Magessi, *pau-rodado* graduado e investido de uma delegação da Metrópole e a que, entretanto, o cuiabano cioso de suas prerrogativas de liberdade, mostrou, em momento de feliz inspiração, o caminho do feio — que é, no fraseado significativo do povo, *aquela por onde veio*.

Excessos condenáveis na “Rusga”

Na “Rusga”, movimento nativista, que se legitima perfeitamente à luz da época de reação, que foi a que se seguiu ao grito do Ipiranga e à abdicação — houve infelizmente, excessos condenáveis e verdadeiras atrocidades inexcusadas. Mas — e ainda aqui se acoberta o espírito matogrossense — o que se operou de mais grave e censurável nesse movimento se

deve à ação impensada da plebe, movida por elementos estranhos, que, na sua inconsciência ou malignidade, insuflavam os instintos baixos da tropa e do poviléu, para tirar partido do seu desaçaimo e dos seus destinos. A obra nefasta de Patrício Manso e de frei Nascentes — figuras que se projetam em negro no fundo dos acontecimentos de 34 — se juntou a ação dos célebres “periquitos” — soldados vindos de fora e que mais se destacaram na caça inclemente aos infelizes portugueses e na rapina dos seus haveres. E, assim, se formos acompanhando de ciclo em ciclo, através do tempo, a nossa evolução política, notaremos sempre em roda do poder, nos momentos agudos de crise partidária, a existência de elementos estranhos, nem sempre bem intencionados, antes, no mais das vezes, visando apenas tirar partido da situação, e que representam os corvejadores do patrimônio matogrossense — no seu duplo sentido econômico e moral. É muito lembrado, ainda, pelos contemporâneos o grupo chamado dos “alagoanos” pela predominância dos filhos desse Estado do Norte, que cercavam o infortunado presidente Paes de Barros, e que, em boa parte, lhe causaram a ruína lamentável, desviando dele, desde logo, as simpatias do povo, antes acostumado a ver no cabecilha de 99 um homem probo, laborioso e digno de melhor sorte do que a que lhe reservou a política madrasta daqueles tempos.

Esses fatos todos, em seqüência impressionante, além de outros isolados, de juizes prevaricantes e venais e indivíduos aventureiros e escroques mascarados de homens

de negócios que pontilham de páginas escuras a nossa História, criaram, num sentimento natural de legítima defesa, a prevenção contra o *pau-rodado* (1). Justa, portanto, na sua origem, conquanto se não se possa negar o contributo eficiente e benéfico de muitos elementos estranhos para o nosso progresso, a surda idiossincrasia do cuiabano contra os chamados *filhos de fora*, vai presentemente desaparecendo, e já se esboça uma salutar reação contra esse misoneísmo exagerado dantanho. Ain-

da assim, fruto como já disse do nosso isolamento, do reduzido contacto com o resto do mundo — só agora atenuado, posto ainda não resolvido — subsiste ele em parte, sobretudo no Norte — Cuiabá, Poconé, Cáceres etc. — dados os lastimáveis fatos que tem contribuído para manter, no fundo, a natural desconfiança da nossa gente contra elementos inescrupulosos e maus que por vezes surgem, turbando, com seu proceder, a plácida vida, regular e serena, do meio provinciano.

(1) — Curiosa, ainda que velha, esta expressão, que se não se explica bem ante a consideração de que o elemento estranho vinha de *baixo*, e não poderia assim ser um *pau rodado*, e sim *pau subido*.

Espírito matogrossense

III

(CULTURA POLITICA, Revista: Ano III, Num. 28, Jun. 1943, pag. 89-93)

Fenômeno curioso, digno de relevo, é que jamais o caudilhismo tenha conseguido implantar-se e medrar por muito tempo em terras de Mato Grosso. As nossas próprias revoluções são disso uma prova flagrante. Elas representam, estudadas à luz da crítica histórica, como verdadeiras “reações” de um organismo forte e rígido, contra a invasão de bacilos deletérios. Assim foram todas elas, as revoluções matogrossenses, começando pelas de 1892, 1899, 1906 e 1916. Não aludo, claro, senão às que, tendo a sua gênese e etiologia dentro da própria política de Mato Grosso, foram movimentos de cunho acentuadamente local. Ficam de parte essas de caráter geral, com repercussão no Estado — a Rusga de 1834 e as revoluções de 1924 e 1932.

Rebelião vencedora

Nesses movimentos todos (exceção do de 1916) triunfou sem-

pre a rebeldia, baqueando diante da insurreição o chamado princípio da autoridade. É que, naqueles casos, esse princípio claudicava, falecendo àqueles que o encarnavam, no momento, esse halo de prestígio moral que informa a verdadeira autoridade, acima das contingências precárias ou efêmeras do poder ocasional. Tanto ao cúpidio Magessi, como às situações apeadas em 1899 e 1906, faltava autoridade, essa autoridade que decorre da lei, igual para todos, da equanimidade, de outros elementos enfim que, articulados, fortalecem e dão prestígio ao poder. É preciso que se sinta no Estado a coordenação dos direitos individuais e no governo a lidima delegação — não importa muito o processo — da vontade do povo. *Não há autoridade fora da lei.* Os violentos — em geral ou fracos ou dementados — não conseguem impor-se por muito tempo, e se permanecem nas posições de mando, encontram ape-

nas essa tolerância que decorre das conveniências e da bajulação, filha bastarda do servilismo e da mentira.

Logo, porém, que se lhes acelera a queda espetacular, são, no mais das vezes, aqueles mesmos que, junto deles, lhes conheciam as mazelas os primeiros a atirar pedras a esses deuses de fancaria.

Onde o caudilhismo não se aclima

O espírito de caudilhismo, repito, não conseguiu jamais se aclimar em Mato Grosso. João Poupino Caldas, que era bem um caudilho, na mais precisa acepção, cuja vida aventureira e cheia de lances impressionantes deixou esboçada, quando foi do centenário da Rusga, tombou varado por uma bala de prata, em lóbrega travessa, permanecendo o mais denso mistério em torno desse crime. Manoel Alves Ribeiro, também por mim estudado, que pretendia seguir nas pisadas do seu rival e antecessor, teve a carreira cortada em pleno fastígio. O segundo reinado não propiciou, entre nós, a eclosão desses tipos de aventureiros políticos. Os chefes eram homens morigerados, do estofado moral de um barão de Diamantino ou de um Aguapeí, que se revezavam na “gangorra partidária”, conservadora ou liberal, movida na corte pelos dedos de sua majestade o imperador. Veio a República, e os pruridos de mal entendida autonomia criaram logo, no Estado, em que se convertera a Província, o habitat fa-

vorável ao surgimento de caudilhos.

Fatos expressivos

O povo matogrossense, porém, não tolerou jamais explosões de mandonismo, nem conspirações de direitos, viessem donde viessem. Já vimos que Ponce, homem a que se não podem recusar qualidades de *condottiéri*, sacrificou o seu prestígio, em lance impensado, que comprometeu o seu próprio partido. O caso dos bondes — que é como toda a gente o conhece — deu-se a 25 de janeiro de 1898. Um ano após, a 16 de abril de 1899, o partido republicano se liquidava, capitulando com aceitar a anulação das eleições de 1º de março. Pelas mesmas forças caudinas passara, em 1892, o governo que havia usurpado o poder das mãos de Manoel Murinho, e passaria, em 1906, o presidente Antonio Paes de Barros, homem como Ponce, de cultura abaixo da mediana, mas dotado de invulgares qualidades, a quem a sede do mando e o autoritarismo excessivo se incumbiram de prematuramente anular.

Diagrama da política matogrossense

Enquanto em outros Estados, como Rio Grande do Sul, Ceará, Alagoas, se perpetuaram no poder determinados chefes ou oligarquias, em Mato Grosso a situação política mais sólida não resistia a sete anos, sucedendo-se as “viradas” partidárias com a completa substituição de elementos. Assim é que temos, neste ligeiro esquema as transições por

CULTURA POLÍTICA

que passou a política do grande Estado central, nos quarenta anos da primeira República:

Predomínio do Partido Nacional	1890-1892
Revolução de 1892 (7 de maio) - Predomínio do Partido Republicano	1892-1899
Revolução de 1899 (10 de abril) - Predomínio do Partido Constitucional	1899-1906
Revolução de 1906 (23 de junho a 2 de julho) - Predomínio do Partido da Coligação	1906-1912
Predomínio do Partido Conservador	1912-1916
Revolução de 1916 - Predomínio do Partido R. Matogrossense	1916-1917
Governo do bispo d. Aquino, resultado do acordo de conservadores e perrengues (P.R.M.G.)	1918-1922
Rompimento dos Conservadores	1921
Fusão dos Partidos Conservador e Matogrossense	1921-1926
Predomínio do Partido Democrata	1926-1930
Vitória da revolução de 24 de outubro	1930

Isso para não mencionar as “dissidências” e “alianças” tão frequentes na política de Mato Grosso, como demonstrações de descontentamento pessoal deste ou daquele chefe, que saía do bloco partidário dominante e organizava uma facção à parte, quando não se unia à oposição.

Vitória do espírito matogrossense

O eixo político-partidário do Estado estava no Rio de Janeiro. Primeiro, os Murtinhos. Azeredo depois. Era lá que se decidia quase sempre, nos concílios dos cardeais da política, sobre as coisas do Estado. O grupo A se unia ao grupo B e dava por terra com o grupo C. Temos assim: Murtinhos e Ponce *versus* Nacionais — revolução de 1822. Murtinhos e Constitucionais *versus* Ponce — revolução de 1906. Azeredo e Costa Marques *versus* Pedro Celestino — questão da Mate, 1912. Pedro Celestino, apoiado em Caetano de Albuquerque, contra Azeredo — 1916. Azeredo e Pedro Celestino, com exclusão de Costa Marques — fusão de 1921. Um jogo interessante, verdadeiro *puzzle* político. As peças se articulam ora aqui, ora ali, mas o que é fato, e de veras notável, é que acima de pessoas e partidos, saía sempre, dessas fases tumultuosas, vitorioso o “espírito matogrossense”, amigo intransigente da ordem, da liberdade e do direito. E todos os que se lhe procuravam antepor eram inexoravelmente, mais dias, menos dias, sacrificados.

Novas demonstrações da tese

Quando se escrever — em me dando Deus tempo e disposição, é possível que ainda o faça — a história do caudilhismo em Mato Grosso, ver-se-á que essa planta, em que vai encontrar-se o chamado totalitarismo de hoje, não

JOSÉ DE MESQUITA

logrou deitar raízes profundas, nem frondejar largamente no clima político do grande Estado do Oeste.

A nossa gente sempre recebeu com prevenção esses precusores dos *fueehrs de hoje*. E recorria, muitas vezes, ao principio do *similia cum similibus*, indo buscar um caudilho para liquidar outro, que se antolhava mais perigoso. Valeu-se destarte o “espírito matogrossense” de Poupino contra Patrício Manso, de Alves Ribeiro contra Poupino, de Antonio Paes contra Ponce e deste contra aquele, quando se tornou excessivamente autoritário. Os ânimos serenos, equilibrados, à guisa de Leverger, no regime imperial, e Pedro Celestino, na República, foram sempre os que mais se coadunaram com a índole do povo oestino.

Voltaram ao poder, nele permaneceram largo tempo. Leverger governou a Província cinco vezes. E era apolítico, conquanto se lhe inculque ser simpatizante com o credo conservador.

Pedro Celestino duas vezes galgou a suprema direção, em períodos longos de administração operosa e reconstrutiva.

“O caso Antonio Paes”

Antonio Paes é um exemplo flagrante. Homem de valor, como proclamou Virgílio Correia Filho, sofreu como muitos outros o influxo poderoso do meio em que se lhe formara a psique — a usina de açúcar, que, no Rio-Abaixo re-

vivia por essa época o anacronismo do regime feudal”. Industrial adiantado, filho do fundador da primeira usina e fundador do Itaici, estabelecimento que é o melhor índice de sua operosidade e capacidade de direção, naufragou lamentavelmente na política, em que outros entraram sem nada e saíram argentários, e ele, tendo ingressado rico e poderoso, perdeu haveres, prestígio e até a vida. É que resvalou pelo plano inclinado da violência, recorrendo, para se manter no poder, até à eliminação dos adversários, instigado, como sói acontecer, por falsos amigos, interessados em conservá-lo à testa do governo, não porque lhe fossem dedicados, mas pelas vantagens que daí auferiam. A sua mentalidade favorecia o fácil manejo da adulação, que avilta menos o bajulado, quase sempre uma vítima, e, nesse jogo ridículo, em que só os que se colocam fora e em plano superior vêem o lado tragicômico da vaidade atuada pela velhacaria dos que a exploram, o senhor de engenho foi cognominado até “estadista”, qualificativo malbaratado por todas as penas mercenárias de todos os tempos... Tremendo talião fez succumbir de forma brutal e inesperada, num *caapão* solitário do *Coxipó d'ouro*, aquela vida que ainda poderia ser tão útil aos seus e ao próprio Estado, de cujos méritos ímpares aí está, ainda hoje, documento de pedra a desafiar a ação dos anos, com a sua formidável chaminé dominadora e erecta, a grande usina que ele fundara no último quartel do século passado.

CULTURA POLÍTICA

“O caso Mário Correa”

É de nossos dias o caso Mário Correa, típico para confirmação da tese desenvolvida nesta série de artigos. História contemporânea, sempre delicada e perigosa, mas, por isso que dos nossos dias, mais segura, com testemunhas à mão e fácil de contestar. Mario Correa, de ilustre estirpe, coração dotado de invulgares atributos, médico de alto merecimento, fundador do Centro Matogrossense do Rio, veio para a presidência do Estado em 1926, trazido pelo consenso unânime dos seus conterrâneos. A sua administração, impelida por vigoroso desejo de fazer progredir a terra natal, foi entretanto, desde logo, alvo de forte oposição dos mesmos que o indicaram e elegeram. Seguindo conselhos de fementidos amigos, que lhe exploravam o ânimo crédulo e arrebatado, deixou que, à sombra do seu nome e da responsabilidade do seu poder, se praticassem absurdos e violências inomináveis, que fizeram eclipsar a sua estrela e diminuir a enorme aura de popularidade que cercava o seu governo.

Foi sempre assim. E será. O “espírito matogrossense” reage sempre, contra a violência e a brutalidade.

É infenso ao autoritarismo, ao poder que se não ampare na lei e na razão. Aplauda todo gesto nobre de independência e de altivez. A astúcia ou a solérica ainda consegue *tapeá-lo*.

Mas a força e a arrogância causam-lhe imediata reação. Quando não lhe é possível o esforço ou a represália no momento, aguarda, calmo, com a filosofia do caboclo (“não há como um dia depois do outro . . . não há mal que sempre dure”), a hora redentora da “virada”. Enquanto isso . . . faz ironia.

Apelida os “heróis de papelão”, os “manipansos”, e seteia-os com os epigramas de *Zé Capilé* e outros, satíricos e espontâneos. E quando os bonzos são projetados do seu pedestal de gloriola efêmera, reduzidos às suas proporções exatas, o matogrossense costume justificá-los com o seu desprezo implacável e frio, que não poupa os caudilhetes caricatos; de *mescla* ou de casaca de seda . . .

Fonte: http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/docreader/cp_digital_consulta.htm

Nota de pesquisa:

“Espírito matogrossense”, consta como *verbetes*, nos seguintes livros de referência:

- Indigenous struggle at the heart of Brazil: state policy, frontier expansion, and the Xavante Indians, 1937-1988; Seth Garfield, Duke University Press, 2001, Pag. 296.